18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

PARQUES LINEARES DE VOTUPORANGA-SP

Abordagens do planejamento urbano e gestão pública na construção de paisagens

ST2 - Paisagens e territórios

VOTUPORANGA-SP LINEAR PARKS

Urban planning and public management approaches in the construction of landscapes

SANTOS, Thaís Vicente
Doutoranda | Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo |São Carlos, SP, Br | thaisvicente@usp.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4389-0491

SCHENK, Luciana B. Martins
Docente e Orientadora | Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo |São Carlos, SP, Br | lucianas@sc.usp.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7944-7782

RESUMO

A produção do espaço urbano se desenha, em tese, na concepção dos planos diretores, instrumento indicado como principal no planejamento urbano e responsável por nortear o desenvolvimento de nossas cidades. No entanto, para sua efetivação é necessário que a gestão governamental, por meio de políticas públicas, execute as propostas delineadas. O intervalo que opera entre projeto e ação é complexo justamente por ser atravessado por interesses econômicos que constantemente dificultam a efetivação das propostas que se alicerçam sobre a função social das cidades e o bem coletivo. A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo analisar a cidade de Votuporanga-SP, a partir do recorte de seus parques lineares, observando as proposições dos planos diretores instituídos ao longo do tempo, tendo como recorte o sistema de espaços livres e as ações da gestão pública, investigando aproximações ou distanciamentos entre elas. Para tal, utilizou-se as metodologias de pesquisa documental e pesquisa de campo. Os resultados apontaram para documentos que distinguem uma cidade atenta à um planejamento equânime, mas que teve em suas gestões um comportamento afirmativo em relação ao protagonismo de questões econômicas. Todavia, Votuporanga ainda tem um relevante potencial para constituir seu sistema de espaços livres como instrumento estratégico na transformação da sociedade, através de sua paisagem.

Palavras-chave: parques lineares; Votuporanga-SP; planos diretores; gestão pública.

ABSTRACT

The production of urban space is theoretically shaped by master plans, the main instrument in urban planning and responsible for guiding the development of our cities. However, for its effective implementation, it is necessary for government management, through public policies, to execute the outlined proposals. The interval between project and action is complex precisely because it is traversed by economic interests that constantly hinder the implementation of proposals based on the social function of cities and the common good. The research presented here aimed to analyze the city of Votuporanga-SP, focusing on its linear parks, observing the propositions of the master plans instituted over time, focusing on the system of open spaces and the actions of public management, investigating similarities or differences between them. To this end, documentary research and field research methodologies were used. The results pointed to documents that distinguish a city attentive to equitable planning, but which, in its administrations, has shown an affirmative behavior regarding the prominence of economic issues. However, Votuporanga still has significant potential to establish its system of open spaces as a strategic instrument in the transformation of society through its landscape.

Keywords: *linear parks; Votuporanga-SP; master plans; public administration.*

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa teve início a partir da observação do Parque da Cultura, em Votuporanga, cuja expressiva utilização, em comparação a outros espaços de lazer, despertou o interesse em analisar seu papel na promoção de práticas coletivas e sociabilidade. Contudo, com o avanço dos estudos, a análise de sua inserção no território urbano revelou outras questões mais relevantes, especialmente diante da existência de outros parques com igual ou maior potencial para intervenções urbanísticas voltadas ao lazer, à qualidade ambiental e à paisagem urbana.

Este cenário suscitou novas indagações que alteraram o objetivo da pesquisa original para compreender as complexas relações entre agentes e interesses que moldaram a forma urbana e a realidade dos parques lineares na cidade. Essa alteração se justifica ao identificar que o parque em destaque faz parte de um sistema de espaços livres que engloba um total de quatro parques, delimitando um novo recorte para o estudo.

Sendo assim, a metodologia adotada foi pesquisa documental e pesquisa de campo, com a pretensão de, metodologicamente, compreender o território sob duas perspectivas: a dos planejadores urbanos, através dos planos diretores elaborados ao longo do tempo, e a realidade construída posteriormente e em uso na atualidade. Sempre buscando estabelecer relações entre essas duas perspectivas que terminam por revelar aproximações ou distanciamentos entre intenções, planos ou projetos e o ambiente vivido.

Neste sentido, recapitulou-se um breve histórico sobre o processo de urbanização brasileiro, observando teoria e prática, a priori de maneira geral, para depois compreender o recorte estabelecido. Na sequência, investigou-se os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, bem como os interesses envolvidos nesta construção.

A partir deste panorama, o trabalho se direcionou para a leitura do território de Votuporanga, com especial atenção aos espaços livres de uso público. Esta perspectiva partiu do princípio da completa necessidade apresentada pelo campo disciplinar da Paisagem que percebe nos espaços livres de edificação o contato fundamental entre planejamento urbano e as questões da natureza: infraestrutura, lazer e vida pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao abordar-se a história do planejamento urbano brasileiro, o percurso exposto tem um desdobramento, a partir da obra de Flávio Villaça (1999), que, embora tenha tomado diferentes direções, sempre contou com o protagonismo dos interesses de classes dominantes influindo e sobrepondo-se às demais camadas sociais.

As particularidades desses interesses são expressas de maneira visível no desenho urbano brasileiro, mesmo após o Estatuto da Cidade, que regulamentou o capítulo da Constituição de 1988 dedicado à política urbana, assegurando a função social do espaço e o bem comum, constantemente presentes nos planos diretores das cidades, especialmente após essa data.

Como parâmetro a ser observado neste percurso histórico, Villaça (1999, p.174) alerta para a necessidade de se considerar a distinção entre plano e projeto, discurso e prática, e reconhecer o planejamento urbano em suas diferentes formas: zoneamento, planos setoriais, planos diretores e projetos de cidades novas. A divisão cronológica proposta pelo autor é categorizada

em três períodos: a primeira fase, datada de 1875 a 1930; a segunda, de 1930 a 1990 e a terceira, de 1990 em diante, atentando-se para o texto original datado de 1999.

Conhecidos como planos de embelezamento, o planejamento urbano deste início (1875 – 1930) tinha como principais objetivos a busca pelo melhoramento dos espaços através de grandes remodelações e o saneamento urbano como forma de erradicação de epidemias. Para atingir tais finalidades, as estratégias utilizadas envolviam a reforma de áreas centrais, eliminação de cortiços e constatada expulsão dos pobres.

Feldman (2008, p.103) esclarece que estes planos "conferem organicidade às obras que se fazem necessárias para adequar as capitais ao intenso processo imobiliário que o contexto da guerra favorece no Brasil." O conflito externo impulsionou o desenvolvimento do país por meio da busca de sua auto suficiência, desenvolvendo o que seriam as condições de existência de sua indústria.

É neste cenário de desenvolvimento que se introduz a segunda fase da história do planejamento urbano (1930 - 1990), no qual as cidades passam a priorizar o planejamento em infraestrutura, principalmente saneamento e agora também o transporte, como primazia em projetos urbanos.

Assim, a partir de 1930, segundo Feldman (2008), com o declínio do discurso de embelezamento das cidades e ascensão do progresso, se inicia um percurso de institucionalização do urbanismo brasileiro com fortes bases referenciais em modelos americanos, submetendo o planejamento do espaço urbano como técnica da administração pública.

Esse trabalho técnico dentro das gestões públicas passa por dois comportamentos distintos: no período de 1925 a 1936 perspectivas são legitimadas e ações introduzidas por engenheiros atuantes nas administrações municipais; já a partir de 1947, o processo se torna outro e se coloca uma estrutura dentro do Departamento de Urbanismo de São Paulo que se antecipa à prática e tem caráter externo (Feldman, 1996, p. 21).

A atuação dos urbanistas se intensifica nesse segundo momento. A narrativa se amplia e passa a englobar a análise e relato dos problemas urbanos, mas perde, em contrapartida, protagonismo ao tornar-se apenas um campo consultivo. Para Villaça (1999, p.183), este tipo de planejamento urbano da segunda fase se aproximou mais da noção de ideologia e menos de política, pois se tratava mais de formas discursivas que serviam para facilitar a dominação e ações no território propostas por classes dominantes.

A virada de chave para o terceiro momento (e atual) se firma após o advento da Constituição Federal de 1988, e é colocado como fase da politização do planejamento urbano oriunda da conscientização e manifestações populares. Os problemas urbanos se revelam como questão política e não apenas técnica. A ausência de soluções e crescente problematização urbana se torna pauta das plataformas de movimentos populares e dos partidos políticos (Villaça 1999, p.236), resultando no Estatuto da Cidade, em 2001.

Entretanto, os instrumentos apresentados pelo Estatuto da Cidade têm o plano diretor ainda creditado como principal mecanismo para a implementação das diretrizes gerais contidas na lei, que vem com o importante acréscimo da participação popular, e deve ser o eixo para o cumprimento das funções sociais da cidade e também para a elaboração das leis orçamentárias municipais (Bassul, 2002).

Para Ermínia Maricato (2007, p. 20) a colaboração popular permite o acesso de diferentes sujeitos ao processo político, dando-lhes também controle relativo sobre o governo municipal.

Entretanto, essa participação não é excludente, incluindo igualmente os interesses do capital sobre o espaço urbano, representados no papel da especulação imobiliária.

Ademais aos avanços, é relevante observar que existe uma considerável distância entre o discurso e a prática. O que se apresenta aqui, como benefício da politização dos planos, é o importante papel da figura do planejamento como aquele que procura garantir aos envolvidos equidades e justiça social, mas também se pesa compreender as dificuldades de efetivação dessas diretrizes.

Neste sentido, outras questões que tangem ao espaço urbano são importantes de serem levantadas para o contexto desta pesquisa. A fusão das dimensões sociedade e território resultam na urbanização e tem o capital como responsável por intermediar essa relação, sendo necessário articular os estudos sobre urbanização às mudanças que acontecem nas esferas sociais e, principalmente, econômicas.

Harvey (2005, p. 130) considera que as questões financeiras participam ativamente da gênese de infraestruturas físicas e sociais. Essa lógica se intensifica e se expressa principalmente através da circulação do capital. Assim sendo, a partir da perspectiva de avanço econômico, todos os setores das cidades (jurídico, administrativo, educacional, mobilidade, ambiental, etc.) se desenvolvem tendo como norte atender a essa circulação.

Nesta discussão, interessa-nos versar sobre as consequências que a lógica econômica imprime no espaço urbano a fim de interpretar o atual desenho das cidades. A compreensão de que o território é uma expressão das atividades socioeconômicas altera o registro de um planejamento urbano que vai defender a coletividade e os espaços de privilégio direcionados a totalidade (como no discurso dos planos diretores), para uma cidade que vai ser desenhada em prol das diferentes escalas econômicas, beneficiando principalmente as classes de maior poder aquisitivo, como já evidenciado por Villaça (1999).

A atual forma de operação do capitalismo no cenário urbano, remonta a crise mundial dos anos 80 e 90 que suscitou novas posturas governamentais com a intenção de alinhar várias frentes de recuperação econômica. Um fenômeno recente desse período, colocado por Harvey (2005, p. 167) para manter o crescimento da economia também alinhada à produção do espaço urbano, é a transição de uma abordagem de governo que anteriormente era chamada de administrativa (até 1960) para uma abordagem empreendedora, neoliberal (a partir de 1970/80).

No Brasil, a ascensão do neoliberalismo inseriu o país neste rol competitivo a partir dos anos de 1990, com o presidente Fernando Collor (Compans, 2005, p. 16). O que se alterou nas posturas governamentais foi o modo de produção urbana que a colocou como passível de negociações econômicas, uma “mercadoria-espaço” (Carlos, 2011, p.61).

Essa transição de abordagens de governo engendra a ideia de que as cidades podem ser consideradas agentes ativos e, por isso, toda a sua produção deve relacionar-se diretamente com possibilidades de crescimento econômico, seja através de suas construções ou ofertas de consumo. Trata-se de um processo conflituoso e seu domínio está para além de um governo urbano, mas sim de uma governança urbana (Harvey, 2005, p.171).

Esse conceito é explicado por Harvey (2005, p. 172-174) como uma coalizão de forças amplas onde a administração pública deve atuar como mediadora entre capital e cidade. Essas forças são constituídas por diversos agentes sociais formados a partir de uma aliança de classes que

reúne financistas, industriais, comerciantes, entre outros e que tem como representante a figura de alguém que imprima uma marca pessoal sobre o empreendedorismo urbano.

A estrutura da gestão empreendedora apresenta novas posturas de ação, elencadas por Compans (2005, p. 109-125) como:

- *Planejamento Estratégico*: uma ferramenta auxiliar do setor privado nas ações públicas e políticas. Tem um esforço concentrado principalmente na ação e objetiva as potencialidades (econômicas) do território;
- *Parceria Público-Privada*: emprega-se principalmente na intenção de engrandecer a imagem das cidades para gerar desenvolvimento econômico, mas frequentemente atua de forma pontual e produz projetos segregados;
- *Marketing Urbano*: instrumento utilizado para "vender" a cidade, ou seja, apresentá-la como um produto comerciável. Para obter sucesso nessa venda é necessário que o espaço urbano seja constituído de projetos com grande visibilidade, resultando no conceito de espetacularização dos espaços;
- *Urbanismo Flexível de Projetos*: teria como benesses uma melhor precisão devido a um recorte específico, que favorece a captura de parcerias público-privadas.

Nesta fase contemporânea, o termo planejamento urbano se altera para desenvolvimento urbano, de acordo com Reis (2006, p.168), pois o primeiro, por estar mais conectado a um sentido de ação governamental, foi substituído pelo segundo que abarcou em seu sentido a frequente participação dos capitais privados.

Embasado no percurso histórico relatado e considerando as condições econômicas que influem direta e majoritariamente no desenho das cidades, a pesquisa que se segue apresenta a leitura dos planos diretores da cidade de Votuporanga, com especial atenção ao que foi estabelecido para os espaços livres de uso público.

3 PLANOS DIRETORES DE VOTUPORANGA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

Votuporanga teve sua formação urbana iniciada na década de 1930, impulsionada pela expansão cafeeira no noroeste paulista e pela atuação da Estrada de Ferro Araraquarense, que favoreceu o povoamento da região. As terras que originaram o município foram transferidas à empresa Theodor Wille & Cia e posteriormente loteadas para a criação de uma vila. Na década de 1940, o desenvolvimento agrícola, baseado no café e no algodão, consolidou sua economia, enquanto a chegada da ferrovia, em 1944, estimulou a instalação de pequenas indústrias e contribuiu para sua elevação à condição de município em 1945 (PDI Votuporanga, 1972, v.1).

Nos anos 70, recebeu seu primeiro plano diretor, o Plano de Desenvolvimento Integrado, de 1971 (PDI-71), elaborado pelo Grupo de Planejamento Integrado Ltda (GPI). Tratava-se de uma empresa de consultoria em planejamento urbano, da cidade de São Paulo, liderada pelo engenheiro Sérgio Motta (Sant'ana, 2010).

O plano aborda questões sobre a origem da cidade, refletindo seu estado atual (década de 70) e futuro, descrito em cinco cadernos: diagnóstico, plano de ação, política de desenvolvimento físico, lei do plano diretor físico, código de instalações e cartografias.

No que tange às questões da Paisagem, ao trazer o diagnóstico dos espaços livres públicos, primeiramente teceu considerações acerca da importância de tais áreas para toda a população, apontando que o lazer não era uma questão de luxo, mas necessário à vida em comunidade (PDI, 1971, p.123). Por este motivo, incentivou um sistema de lazer que fosse público e não comercial, responsável por desencadear comportamentos de solidariedade e sociabilidade.

As recomendações foram a construção de áreas públicas categorizadas em parques infantis, concha acústica, sistema de recreação pública formado a partir de quatro áreas de erosão para fins de parques públicos arborizados e a construção de um bosque ou clube náutico junto à represa municipal.

Foi proposto no zoneamento, a zona Áreas Públicas para Fins Paisagísticos (APFP) que demarcou na malha urbana espaços vegetados designados fundamentalmente às funções de proteção e recreação para "suprir a cidade com pulmões vegetais, contribuir para o equilíbrio microclimático e preservar espaços a céu aberto onde a população, sem sair da cidade para o campo, possa encontrar condições de lazer em contacto com a natureza" (PDI. 1971, vol.3, p.16).

De maneira geral, essas considerações e propostas tentaram construir valores a partir de ideias que olhavam os espaços livres como elementos que potencialmente pudessem garantir diversas oportunidades. Infelizmente, no período de vigência deste plano, pouco se efetivou do vasto estudo e planejamento urbano elaborado e, dentre as indicações colocadas, só saíram do papel a construção da Biblioteca Municipal e Concha Acústica.

O PDI-71 foi substituído pelo Plano Diretor Municipal, em 1995, (PDM-95), com abordagem metodológica diferente da apresentada pelo plano anterior. O diagnóstico do município, agora elaborado de forma interna por uma equipe de funcionários da Prefeitura Municipal juntamente com membros da Associação dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos da Região de Votuporanga – SEARVO, separou o tema dos espaços livres públicos em dois tópicos: Esportes, Recreação e Lazer e Preservação Ambiental.

No primeiro tópico foram apresentadas as áreas de lazer existentes no município, o que evidenciou a não efetivação das propostas do PDI-71, pois dentre as áreas livres públicas ou privadas contabilizou-se um ginásio municipal, dois centros comunitários, uma praça esportiva, o Horto Florestal e Estádio Municipais. Foi levantado que a maior parte destes equipamentos não eram acessíveis à toda população, havendo uma carência acentuada de espaços livres de uso público.

Com relação a preservação, o PDM-95 propôs a implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em todos os corpos hídricos da cidade, visto que este já estaria sendo aplicado, desde 1993, apenas ao córrego Marinheirinho, responsável pelo abastecimento da cidade.

O plano enfatizou que as preocupações municipais estavam muito mais ligadas à potencialização de fatores econômicos, deixando a desejar nos aspectos ecológicos, pois "na realidade o que não tem havido são projetos para estas áreas. E quando há projetos, difícil fazê-lo sair do papel por falta de organização e gerenciamento como pelo fato de não ser a questão ambiental vista coletivamente e como prioridade" (PDM,1995, p.227).

Os parâmetros adotados para a alteração desta realidade foi a incorporação de leis no Código de Posturas e Lei do Plano Diretor que prevenissem a poluição ambiental e zelassem pela

preservação da natureza e o zoneamento instituiu as Zonas Especiais de Preservação, urbana e rural, que deveriam zelar pelo patrimônio histórico, turístico, paisagístico, cultural ou ambiental.

Passados mais de dez anos de vigência deste plano, fez-se a sua revisão obrigatória, em 2007, que culminou no Plano Diretor Participativo (PDP-07). A equipe responsável era composta por equipe multidisciplinar, além de contar com colaboradores que atuaram na elaboração do plano diretor anterior (Cucato, 2015, p.2018).

O PDP-07 não apresentou caderno de diagnóstico e foi elaborado apenas como uma atualização, acarretando na Lei Complementar 106 de 08 de novembro de 2007, acrescida de cartografias e Código de Obras. Em relação à temática ambiental e paisagística, houve especificações abordadas no macrozoneamento e zoneamento.

Conforme estipulado em registro federal pelo Código Florestal, na categoria urbano, traçou-se a demarcação de Áreas de Preservação Permanente (APP) nos cursos d'água e a criação de Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA) para "a implantação de parques lineares em todo o contorno do perímetro urbano onde haja a presença de córregos devendo-se respeitar a dimensão mínima de 60m (sessenta metros) de cada lado, contada a partir da cota de inundação" (PDP, 2007). A largura total dessa margem corresponderia a 30 metros de APP e mais 30 metros de área livre para implantação de equipamentos públicos.

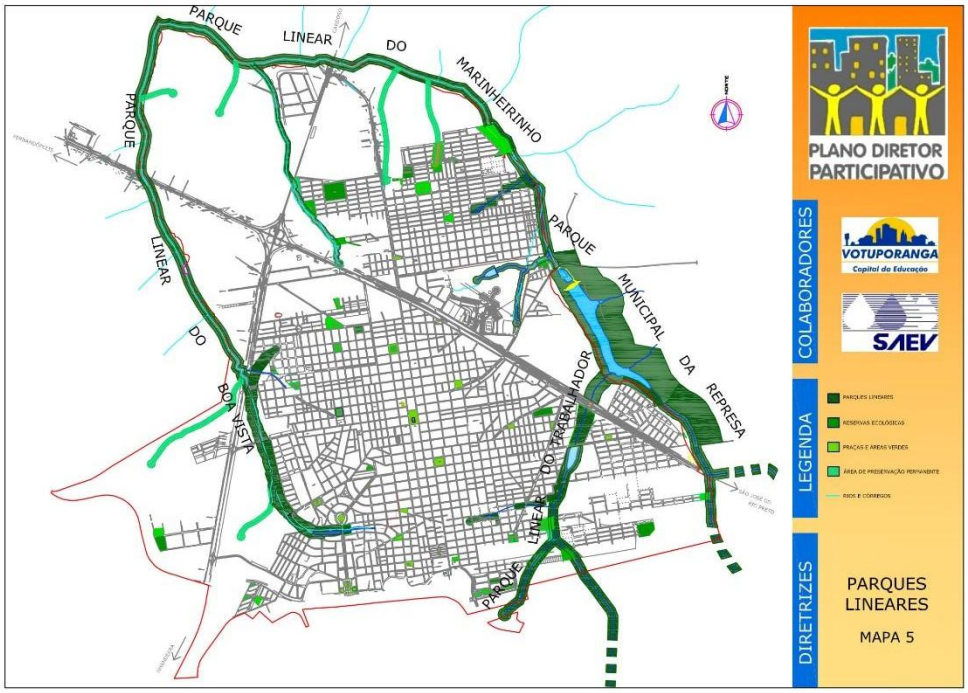
Em 2009, a Lei 106/2007 sofreu alterações em seu conteúdo. O novo texto detalhou a localização dos espaços que contariam com a margem de 60 metros para reduzir algumas áreas a uma distância de trinta metros (obrigatórias pelo Código Florestal). A lei também concedeu a permissão de diretrizes viárias sobre estas se devidamente comprovadas as melhorias na mobilidade urbana.

O último Plano Diretor Participativo, em vigor desde 2021, alterou o zoneamento das áreas de parque linear para Zona de Lazer e Proteção Ambiental (ZLP). Após as flexibilizações ocorridas em 2009, o novo plano continua a apontar a constituição do sistema de parques lineares, ainda que haja dissonâncias nos tamanhos das margens. Apesar das alterações, majoritariamente esse cinturão verde segue com faixas alargadas e a espera de efetivação do discurso estipulado pelos planos diretores que a cidade recebeu.

4 PARQUES LINEARES DE VOTUPORANGA: LEITURA DO TERRITÓRIO URBANO ATUAL

Levantados os parâmetros previstos para a cidade de Votuporanga por meio de seus planos e da intenção desta cartografia que criou quatro parques lineares (figura 1) a serem incluídos no processo de planejamento da cidade, a pesquisa de campo se torna essencial para analisar cada um desses espaços na intenção de averiguar as aproximações e afastamentos entre discurso e prática governamental.

Figura 1: Mapa dos Parques Lineares de Votuporanga



Fonte: Plano Diretor Participativo, 2007

4.1 Parque Linear do Boa Vista

O zoneamento proposto no PDI-71, considerou a área deste parque como propensa à erosão e preconizou que sua paisagem fosse construída de modo a oferecer lazer aos munícipes. Não sendo efetivada tal proposta, novos loteamentos ocuparam o território próximo ao curso d'água e sua APP.

Em 1978, se instalou na vizinhança o Segundo Distrito Industrial, seguidos em 1992 e 1996, pelo Terceiro e Quarto Distritos Industriais, respectivamente. Devido a este cenário industrial, também foram implantados progressivamente alguns conjuntos habitacionais e, entre os anos de 2010 e 2019, somaram-se à área nove bairros de habitação de interesse social juntamente com o Oitavo Distrito Industrial.

O Parque Linear do Boa Vista (figura 2) tem uma metragem linear que se aproxima de 5.700 metros e é interseccionado pela rodovia Péricles Belini. Sua nascente foi canalizada e houve a construção de residências que ocuparam grande parte da APP neste local.

Figura 2: Parque Linear do Boa Vista



Fonte: Google Earth com adaptações da autora, 2019.

O único equipamento de lazer instalado pela Prefeitura Municipal no percurso do parque é uma academia ao ar livre (figura 3). Como a Lei Complementar 150/2009 demarcou as faixas de 60 metros as margens dos córregos, mas não especificou o tipo de equipamento que deveria ser instalado nestas áreas, se teve mais recentemente a construção de uma Unidade Básica de Saúde próxima ao limite da APP.

Figura 3: Academia ao ar livre no Parque Linear do Boa Vista



Fonte: Autora, 2019.

4.2 Parque Linear do Marinheirinho

O Parque Linear do Marinheirinho (figura 4) é o que apresenta menor densidade populacional devido ao seu entorno ainda não ter sido completamente urbanizado. Este parque não recebeu atenção do PDI-71 pelo motivo de sua localização estar após a rodovia Euclides da Cunha e as propostas do plano indicarem expressamente a não transposição desta via, colocando-a como um limite à urbanização.

Em 1976, contrariando essa diretriz, o Primeiro Distrito Industrial foi implantado na Zona Norte, impulsionando o desenvolvimento da região. O distrito atraiu, em 1978, a construção do bairro Pozzobon, que foi o primeiro loteamento a chegar ao parque linear.

Ao longo da década de 80, os bairros Jardim Santa Maria, Conjunto Habitacional Jardim Brisa Suave e Parque Residencial Santa Amélia também foram implantados e todos margeiam o parque. Ainda na mesma década, se consolidou um núcleo de habitação precária, o bairro Pró-Povo, que recebeu regularização fundiária apenas nos anos 2000 e conta até hoje com algumas ocupações próximas à APP.

Figura 4: Parque Linear do Marinheirinho



Fonte: Google Earth com adaptações da autora, 2019.

Sua extensão aproximada é de 7.156 metros lineares. Em 2011, devido à uma grande erosão causada por uma nascente, parte da área recebeu atenção da administração municipal com a implantação do Parque Santa Amélia (figura 5) e a Reserva Chico Mendes. Este é o único trecho de todo o parque a contar com infraestrutura adequada para recreação, mas que não recebe manutenção frequente.

Figuras 5: Parque Santa Amélia



Fonte: Autora, 2019.

4.3 Parque Municipal da Represa

Este parque também está localizado às margens do córrego Marinheirinho, sendo constituído por duas condições distintas: uma enquanto represa de abastecimento de Votuporanga, construída no ano de 1974, e outra na condição de córrego.

A urbanização alcançou primeiro o trecho em que o parque se apresenta enquanto córrego e já havia sido ocupada quando se fez o estudo do território urbano para o PDI-71 que, novamente, devido ao fato de ultrapassar os limites rodoviários, indicou como área a ser eliminada da mancha urbana.

Não há cadastro da data de implantação do primeiro bairro no local, mas este foi indicado como núcleo de habitação precária que teve um crescimento em 1979. O desfavelamento [sic] e regularização fundiária, realizados pela Prefeitura Municipal através do projeto "Habitação para Todos", foi desenvolvido na gestão atuante entre 2009 e 2012 (PLHIS, 2010, p.96). Devido ao seu processo de formação espontâneo e a ausência de ações governamentais que visassem o adequado desenho do parque nessa área, as limitações entre APP e residências não foram integralmente estabelecidas.

Na sequência, quando o parque transpassa novamente a rodovia Euclides da Cunha e se torna represa municipal, três outros bairros residenciais margeiam e encerram a área considerada como Parque Municipal da Represa (figura 6). Estes bairros foram implantados mais recentemente, a partir de 2010, e são constituídos por residências de padrão médio alto, incluindo um condomínio fechado.

Nas imediações desse entorno, tem-se shopping center (em construção) e hotel Ibis, loja de departamento Havan e um colégio particular. Um pouco mais distante, localiza-se o Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Um grande equipamento público foi construído, o estádio Plínio Marin e, atualmente, a nova sede da Prefeitura Municipal está na fase final das obras. A vizinhança conta ainda com dois condomínios verticais da construtora TARRAF, também caracterizados por um padrão médio alto.

Este parque linear, em suas adjacências, também não é completamente urbanizado. Sua extensão tem aproximadamente 5.900 metros lineares e nela está instalado, em um trecho, o Horto Florestal.

Figura 6: Parque Municipal da Represa



Fonte: Google Earth com adaptações da autora, 2019.

4.4 Parque Linear do Trabalhador

O Parque Linear do Trabalhador (figura 7) é o menor em extensão, com um comprimento linear de aproximadamente 1.000 metros, mas completamente inserido em área urbana consolidada. Trata-se de uma afluente do córrego Marinheirinho, fragmentada em quatro partes pela intersecção de ruas, onde em três destas porções tem-se a formação de lagoas.

Um desses trechos não é caracterizado como espaço livre de uso público devido à área pertencer ao Assary Clube de Campo de Votuporanga. Este clube foi fundado em 1964 e incorporou parte do córrego em sua recreação.

Figura 7: Parque Linear do Trabalhador



Fonte: Google Earth com adaptações da autora, 2019.

O PDI-71 referenciou esta área de lazer privada e alertou para a necessidade de construção de espaços públicos acessíveis, como já mencionado. Suas diretrizes incorporaram parte do parque linear às Áreas Públicas para Fins Paisagístico, prevendo a implantação de um clube recreativo público, também por meio da formação de uma lagoa. O equipamento não foi instalado, mas a região logo se adensou ainda na década de 70.

Outros cinco bairros terminaram por consolidar o entorno do parque gradativamente nos anos seguintes. Uma de suas nascentes recebeu projeto de recreação, em 2010, sendo a praça Irmã Maria Ignez Mazzero, composta por academia ao ar livre, playground e pista de caminhada (figura 8).

Figura 8: Praça Irmã Maria Ignez Mazzero



Fonte: Autora, 2019.

Em 2016, outro equipamento de lazer foi implantado às suas margens, no entorno de sua primeira lagoa. O Parque da Cultura (figura 10) foi projetado pelo arquiteto Cadu Cavaleri e o engenheiro Marco Aurélio D'Avanço, e conta com parques infantis, pista de caminhada e ciclofaixa, quadras abertas, mirantes, anfiteatro aberto e o edifício central que abriga museu e biblioteca municipais, além da Secretaria da Cultura e Turismo. Este espaço se transformou no cartão postal de Votuporanga, sendo muito visitado e conhecido na cidade e região.

Desde sua inauguração, vem recebendo estímulos para o uso de seu espaço através de frequentes atividades culturais, sejam estas desenvolvidas dentro do edifício central (como cinema, aulas de xadrez, clube do livro, etc.) ou no espaço externo do parque (com shows, aulas de yoga, capoeira, etc.). Outro método utilizado para impulsionar tanto o uso, quanto a popularidade do local, foi a transferência de eventos importantes que ocorriam em outros pontos da cidade para a área do parque, como o Festival Literário de Votuporanga-FLIV.

Pode-se atribuir este êxito à eficácia das políticas públicas atuantes, uma vez que a administração municipal não só investiu alto capital - proveniente da arrecadação de tributos e impostos - na sua construção, como cumpre com sua manutenção e vigilância.

Figura 9: Vista aérea do Parque da Cultura



Fonte: Jornal A Cidade, 2017.

5 CONTRADIÇÕES ENTRE PLANO E PRÁTICA

Votuporanga é uma cidade que construiu planos diretores atentos às questões da paisagem, ora de forma mais significativa e aprofundada, ora mais específica em relação à problemática ambiental. Em ambos os casos, independente dos discursos apresentados, percebe-se que ao se descrever a realidade da cidade, na atualidade, surgem outras narrativas não apresentadas ou distintas do planejamento urbano proposto.

Esta contradição entre discurso e prática governamental associa-se às considerações de uma abordagem de construção urbana que prioriza a vertente econômica em detrimento das questões sociais. Esse priorizar ganha novas camadas a partir da troca de um governo administrativo para o contemporaneamente chamado empreendedor, atuando para o fortalecimento da relação mercado e espaço e tendo um espectro global (Dardot; Laval, 2016). As posturas empreendedoras vêm sendo adotadas pela administração municipal de Votuporanga e seus parques lineares evidenciam este comportamento com especial foco na construção do Parque da Cultura.

Em 2017, um ano após a inauguração do referido parque, o deputado estadual Carlos Pignatari, que já ocupou a prefeitura de Votuporanga (2001-2008), apresentou pedido à Assembleia Legislativa de integração do município ao grupo de cidades turísticas. Assim que a lei foi sancionada, Votuporanga tornou-se Município de Interesse Turístico, especificamente na categoria turismo de eventos, passando a receber uma verba anual em torno de seiscentos e cinquenta mil reais para promover tal atividade.

A rede da qual a cidade faz parte denomina-se Região Turística Maravilhas do Rio Grande e, atualmente, conta com a participação de quatorze cidades. Votuporanga, que não é banhada pelo Rio Grande, é colocada como portal de entrada, devido a sua localização, "fornecendo infraestrutura turística necessária, além dos eventos como atrativos culturais" (Diagnóstico, 2019, p. 489).

A Secretaria de Cultura e Turismo de Votuporanga (SECULT) junto ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) introduziu nas diretrizes da Lei Orgânica do Município, nº 78/2019, dois artigos que colocam como preferência a garantia do desenvolvimento turístico através de incentivos como parcerias público-privadas e priorização de "áreas e construções de interesse turístico, intensificando sua limpeza e manutenção e mantendo em boas condições as vias de acesso às mesmas" (Votuporanga (SP), 2019, p.39).

O Parque da Cultura foi responsável pelo selo de empreendedorismo recebido no Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A premiação tem a intenção de valorizar gestores que tenham realizado projetos e ações visando ao desenvolvimento de pequenos negócios em seus municípios, e o prefeito de Votuporanga conquistou o título, em 2016, com a indicação do parque enquanto espaço que oferece oportunidades de formação a pequenos empreendedores.

Para uma análise abrangente da situação dos parques, é relevante atentar-se para os tipos de propostas colocadas pelos planos diretores da cidade, em especial seus zoneamentos ao longo do tempo. Essas ações testemunham perfis que operaram decisões técnicas pautadas pelo interesse coletivo, revelando que as propostas não excluíam os demais interesses, pelo contrário, a consolidação do profissional arquiteto urbanista bebeu de amplas referências. No entanto, ao se descrever a realidade dessas áreas, evidenciam-se escolhas administrativas que denotam estarem alicerçadas em interesses ligados ao capital.

Votuporanga contou com proposições de zoneamentos completos que beneficiaram a cidade e população enquanto totalidade, não se reduzindo apenas aos princípios econômicos. Esta parcialidade nas efetivações demonstra, mais uma vez, o distanciamento existente entre o discurso do planejamento urbano e as ações da gestão municipal.

Uma vez que os interesses privilegiam vantagens financeiras, a função social da cidade, ou seja, aquela que vai defender a viabilização de um bom desempenho urbano a todas as pessoas, se desfaz. A transformação do território urbano em negócio tem auxiliado, para além das desigualdades sociais, também a promoção e planejamento de espaços desiguais (Dardot; Laval, 2016).

No caso estudado, a própria mudança no formato da gestão pública, de administrativa para empreendedora, revela que as intenções de se atender às necessidades financeiras serão sobrepostas às demais. As mudanças forçam as cidades a construírem imagens que representem um bom desenvolvimento e qualidade de vida, na intenção de atrair investimentos devido às vantagens urbanas.

O problema do agravamento deste comportamento, para além de priorizar os interesses econômicos – que já eram soberanos quando se tinha uma gestão administrativa, mas que agora ganham novas matizes - é se atentar para aquilo que se chamou espetacularização (Arantes, 1998) de diversas formas: não apenas enquanto infraestrutura física, serviços e investimentos, mas também em outros setores como o lazer e cultura. As gestões direcionam todas as suas

ações (malha urbana, trabalho, lazer, etc.) para se desenvolverem dentro dos parâmetros da competição econômica entre cidades.

A análise dos parques lineares evidencia e atesta as contradições entre discurso e prática, como se buscou revelar por meio da pesquisa. Apesar da pretensão de nutrir a cidade com espaços públicos equânimes, com funções que atendiam aos princípios dispostos em sua introdução, as ações governamentais são distintas em cada uma das áreas e coerentes com as classes sociais presentes.

Em se tratando do Parque Santa Amélia, construído em 2010, e do Parque da Cultura, em 2016, este último tem maior influência sobre o território urbano por receber mais políticas públicas da administração municipal. Ambos os parques têm equipamentos urbanos, mas apenas o Parque da Cultura conta com manutenção diária e constante promoção de atividades culturais. Com as atenções turísticas apontadas para seu espaço, criou-se a imagem de que o lugar é o cartão postal de Votuporanga.

Os demais parques, traçados em diretriz, apresentam escassa manutenção e não contam com as mesmas políticas públicas. Olhar historicamente cada área e o percurso de construção de seu entorno revela diferenciações e desigualdades: o Parque Linear do Boa Vista se constituiu próximo a distritos industriais e habitações de interesse social; o Parque Linear do Marinheirinho também conta com habitação popular e área que já foi considerada como favela pelos planos diretores; o Parque Municipal da Represa apresenta duas realidades distintas, uma que conta com entorno nobre ao longo de sua lagoa e outra que também já se considerou núcleo de habitação precária; por fim, o Parque Linear do Trabalhador tem ao longo de suas margens o Parque da Cultura e um clube privado, além de bairros residenciais de classes mais favorecidas.

A partir deste panorama, o Parque Linear do Trabalhador apresenta localização privilegiada, dentro dos parâmetros colocados por Villaça (2001), onde infraestrutura, acessibilidade e qualidade das edificações são melhores. Outros fatores se somam à reflexão acerca dos investimentos realizados no parque denotando ser esse um espaço de vantagem econômica: espetacularização arquitetônica, marketing urbano, parcerias público-privadas na promoção de cursos e intensa oferta de atividades culturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano de Votuporanga determinou, ao longo do tempo e através de seus planos diretores, quatro áreas destinadas à implantação de parques lineares. Fundamentalmente ligadas a corpos de água, desempenham papel importante no território em conformidade com a Lei de APPs e com diretrizes urbanísticas contemporâneas, historicamente consolidadas pelo campo disciplinar e profissional da Arquitetura da Paisagem.

Esses parques são espaços de preservação ambiental e podem desempenhar importante papel na infraestrutura verde da cidade, bem como estabelecer lugares de oferta de lazer, saúde, educação/cultura e recreação a toda a população.

Infelizmente, até a presente data, essas diretrizes estão no papel e não se efetivaram de forma equânime em todos esses lugares. O que se percebe é que a implantação e manutenção privilegiam aqueles parques que estão em áreas de maior poder aquisitivo, ancorando ações de empreendedorismo e distribuindo de forma desigual as benesses desse tipo de espaço público.

O cumprimento da recomendação é dever legal e moral, e daria a oportunidade da cidade construir uma paisagem mais saudável, bela e justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília B. F. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BASSUL, José Roberto. **Reforma Urbana e Estatuto da Cidade**. EURE, vol. XXVIII, nº 84, 2, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico.** In CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B.; (orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. (p. 53-73)

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CUCATO, Janaina Andréa. **As disputas pelo território no espaço urbano de Votuporanga/ SP**: contradições no Zoneamento de Interesse Social (ZEIS), 1996-2012. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 1 ed., 2016.

FELDMAN, Sarah. **Instituições de Urbanismo no Brasil na década de 1930**: olhar técnico e dimensão urbano-industrial. Tese de Livre Docência. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Nunca fomos tão participativos**. Divulgado em Carta Maior. Disponível em: < http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/equipe/do02.html>.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Votuporanga (PDI)**. Grupo de Desenvolvimento Integrado Ltda. Votuporanga, 1971.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA. **Plano Diretor Municipal (PDM).** Votuporanga, 1996.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA. **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).** Votuporanga, 2010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA. **Caderno de Diagnóstico para revisão do Plano Diretor Participativo**. Votuporanga, 2019.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SANT'ANA, Jayça Lima. **Planejamento urbano e planos diretores de Votuporanga**: atores, arenas e processos na construção de um modelo de gestão participativa. Dissertação de Mestrado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2007.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp. 1999. cap. 6. p. 169-245.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.